

LEI Nº 1.645, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1987.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

***ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DO MUNICÍPIO DE ALEGRE, ES, PARA O
EXERCÍCIO DE 1988.***

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, **~~PREFEITO MUNICIPAL~~**, sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º~~ - O Orçamento do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 1988, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 130.000.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzados).

~~Art. 2º~~ - A Receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação em vigor, especificadas no Anexo nº 1 da Portaria SOF/SEPLAN nº 045/85, de 24 de dezembro de 1985, e de acordo com o seguinte desdobramento:

		Cr\$	Cr\$
1	RECEITAS CORRENTES		127.350.000
1.1	Receita Tributária	4.304.200	
1.2	Receita Patrimonial	1.583.000	
1.3	Receita Industrial	2.000	
1.4	Transferências Correntes	120.200.000	
1.5	Receitas Diversas	1.242.800	
2	RECEITAS DE CAPITAL		2.650.000
2.1	Alienação de bens móveis e imóveis	500.000	
2.2	Transferências de Capital	1.650.000	
2.3	Outras Receitas de Capital	500.000	
	TOTAL GERAL DA RECEITA	130.000.000	130.000.000

~~Art. 3º~~ - A Despesa será realizada na forma especificada no Adendo II, do Decreto nº 1.875, de 15 de julho de 1981, conforme desdobramento a seguir:

		Cr\$
01	<u>Câmara Municipal</u>	5.870.000
02	<u>Gabinete do Prefeito</u>	12.049.200
03	<u>Sec. Municipal de administração</u>	17.970.000
04	<u>Sec. Municipal de Finanças</u>	7.359.600
05	<u>Sec. Municipal Agropecuária</u>	2.330.100
06	<u>Sec. Municipal de Educação, Cult. e Turismo</u>	31.416.500
07	<u>Sec. Municipal de Obras e Urbanismo</u>	
	<u>Urbanismo</u>	21.000.100
	<u>Transporte</u>	25.900.500
08	<u>Saúde e Assistência</u>	6.104.000
	TOTAL DAS DESPESAS	130.000.000

~~Art. 4º~~ - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito suplementar, até o limite de 30% (trinta) por cento do Orçamento das Despesas. Nos termos do artigo 7º, item i da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e na forma prevista no artigo 43, § 1º, itens I a III da mesma Lei.

~~Art. 5º~~ - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alegre (ES), 03 de novembro de 1987.

DJALMA MONTEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.